*Imagine que vê, momentaneamente, a sua mobilidade reduzida e tem de se deslocar de cadeira de rodas. Imagine que tem de usar uma venda nos olhos ou que vive num mundo sem sons. Imagine, agora, que esta é a sua realidade. A maioria dos habitantes ignora as dificuldades sentidas pelos cidadãos com necessidades especiais. Na cidade do Porto continuam a proliferar os obstáculos que fazem das suas deslocações uma verdadeira «aventura».*

# Cidadãos «Invisíveis»

**Texto:** Carla Nogueira / Marta Almeida Carvalho
**Fotos:** Virgínia Ferreira

O Decreto-Lei 123/97 prevê a eliminação das barreiras urbanísticas e arquitectónicas, permitindo às pessoas com mobilidade reduzida o acesso a todos os sistemas e serviços da comunidade. No entanto a realidade é bem diferente e ainda se verificam muitas limitações para os cidadãos com deficiência. A cidade do Porto, à semelhança do que acontece a nível nacional, ainda não está totalmente configurada para satisfazer as necessidades «especiais» de todos os seus cidadãos.

Em 2003 foi celebrado o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Segundo estimativas das Nações Unidas, cerca de 600 milhões de pessoas, ou seja, 10% da população mundial, tem uma qualquer deficiência. Mas estes cidadãos não querem ser recordados num ano apenas, uma vez que há muito trabalho a fazer no sentido de contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida. *"Não queremos um ano, queremos uma vida"*. Este é um slogan que ilustra bem as pretensões das diferentes associações de apoio a estes cidadãos.

João Cottim é o Provedor Municipal dos Cidadãos com Deficiência, cargo pioneiro numa autarquia a nível nacional. Do trabalho desenvolvido faz um balanço positivo mencionando que os responsáveis políticos estão mais sensibilizados para os problemas que afectam estes cidadãos e refere que, nos últimos anos, tem havido um grande esforço no âmbito de dotar a cidade e os transportes de melhores condições para servir estes utentes. Considera que a zona «velha» da cidade tem muitos problemas no que se refere à mobilidade destes cidadãos, enquanto que a «parte nova», embora com algumas intervenções erradas é, de forma geral, mais acessível. A inexistência de rampas, elevadores, sinalética e casas de banho adaptadas são os principais problemas dos edifícios. A título de exemplo menciona um caso, apresentado em 2003, de uma funcionária com cadeira de rodas que continua a necessitar da ajuda dos seus colegas para entrar e sair do edifício onde trabalha. A solução é simples e passa pela colocação de uma rampa de acesso. Apesar de ter sido feita uma proposta à Câmara do Porto, aprovada por unanimidade e enviada ao Ministério da Justiça, esta situação continua por resolver. João Cottim afirma que vai fazer cumprir a lei, denunciando ao Ministério Público todas as violações de que tiver conhecimento. Se é certo que algumas instituições, como museus, são dotadas de condições que facilitam o acesso a estes cidadãos (rampas, casas de banho adaptadas, informação em braille e em audio) outras ainda terão de percorrer um longo caminho para que tal seja uma realidade generalizada. Este responsável acredita que a criação destas condições é um meio de humanizar os serviços e a própria sociedade. *"Dá-se importância à pessoa, não por aquilo que é mas porque existe"*, salienta.

## Cidade com barreiras

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD - Delegação Porto) considera que o Decreto 123/97 deveria ser mais abrangente, não se limitando aos edifícios públicos. Actualmente, a aquisição de uma casa ainda é uma preocupação para um cidadão com deficiência pois, na maioria das vezes, as portas não têm largura suficiente para permitir a passagem

de cadeiras de rodas. Os elevadores são outro dos problemas uma vez que a sua profundidade é, de um modo geral, insuficiente. As casas de banho não são dotadas das condições necessárias para facilitar a mobilidade dos que não a têm. António Almeida, coordenador dos serviços da APD, refere que há pessoas de poucos rendimentos que quase não saem de casa por não ter condições nos seus prédios para fazê-lo. É frequente esta associação ser procurada por administradores de condomínio para recolherem informação com vista a criar melhores acessibilidades nos prédios. Adão Costa, presidente desta associação, salienta que já alertou diversas vezes a Câmara do Porto para a falta de rampas em algumas passadeiras. Mas deparam-se-lhes outras dificuldades, nomeadamente os lugares de estacionamento para deficientes que são poucos e que, na maioria das vezes, deveriam ser mais largos para que as cadeiras de rodas possam sair do carro mais facilmente. As rampas com inclinações defeituosas e o acesso às caixas multibanco são, também, outras dificuldades sentidas. António Almeida é da opinião que o Provedor Municipal dos Cidadãos com Deficiência deveria ser levado «mais a sério» pelo poder político, justificando com o facto de ainda se verificarem na cidade diversas barreiras que dificultam a mobilidade das pessoas com necessidades especiais. Esta associação propôs à Assembleia da República que a próxima revisão constitucional deva contemplar a não discriminação entre cidadãos tendo em conta o sexo, a raça ou o credo mas também a deficiência.

João Fernandes e Maria João guiados pela Duska

Também os cegos estão condicionados pelos obstáculos existentes na cidade. Domingos Ferreira, presidente da Direcção Regional Norte da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) enumerou algumas das dificuldades sentidas pelos invisuais na sua locomoção diária. *"Na via pública, os principais obstáculos à mobilidade são os buracos nos passeios, obras mal sinalizadas, a falta de avisos sonoros em ainda grande parte dos semáforos da cidade, postes mal colocados, mupis publicitários e orelhões, entre outros"*, refere. Os dois últimos por serem constituídos por um pé fino mas cujo corpo central tem uma superfície mais larga do que o pé. A bengala, que muitos dos

cegos utilizam, detecta este pé ao nível do solo mas depois não conseguem aperceber-se que a barreira é muito mais larga na parte superior. *"É o que acontece, aliás, com os buracos e obras nos passeios. Para sinalizá-los utilizam fitas colocadas numa posição mais alta e que não é detectada pela bengala. Como são flexíveis, quando damos por ela às vezes já estamos dentro do buraco"* conta Sílvia Gomes, vogal da direcção e cega profunda. A falta de informação em braille nos edifícios e espaços públicos também lhes dificulta a vida. *"Para além da via pública, a generalidade dos edifícios e instituições públicos não disponibilizam meios para facilitar a vida aos cidadãos invisuais"*, dizem. Os elevadores são-lhes «proibidos», uma vez que a maioria não tem informação em braille (e nem sequer sonora) para que possam aceder ao seu «destino». João Fernandes é o presidente do Clube Português de Utilizadores de Cães-Guia. Muitas pessoas cegas já recorrem à utilização de cães para acompanhá-las. Mas ter acesso a um animal destes tem as suas condições. *"Cada animal demora cerca de dois anos a ser treinado e há uma grande fila de espera para a sua obtenção"*, refere. A sua cadela, Duska, uma Retriver do Labrador (a única raça treinada para a função) tem sete anos e faz parte da família há cinco. Foi a primeira a ser treinada para guiar um casal de cegos e fá-lo na perfeição com os seus modos meigos, cuidadosos e muito cautelosos. Duska é já um elemento da família. *"É uma companhia e uma ajuda valiosa nas deslocações. Vai connosco para todo o lado"*, afirma. *"Com a chegada da Duska, a nossa mobilidade melhorou imenso e, por isso, quero ter um cão-guia para mim, já que a Duska acompanha diariamente a minha mulher"*, diz. Recorde-se que estes cães não podem ser impedidos de entrar em nenhum local na companhia do dono. O facto de alguns dos pontos fulcrais para a mobilidade dos cegos não serem uniformes é mais um obstáculo nas suas deslocações. João Fernandes deu o exemplo das passadeiras. *"Existem vários tipos de passadeiras, as das riscas pintadas, as que são sinalizadas com duas faixas que as delimitam, as de paralelo e de granito que as distinguem do asfalto"*. A palavra que os cães-guia reconhecem para procurar as passadeiras é *"linhas"* mas como estas não são uniformes isto, por vezes, constitui um problema. Na opinião dos cegos, estas deveriam ter, a sinalizá-las, uma área rugosa no passeio para que pudessem ser mais facilmente detectadas.

Multibancos inacessíveis e orelhões são obstáculos na via pública

## Barreiras à comunicação

Os principais problemas das pessoas com surdez estão relacionados com barreiras na comunicação. Armando Baltazar, presidente da Associação de Surdos do Porto, enumerou algumas das dificuldades que sentem no seu dia-a-dia. *"Quando nos dirigimos a qualquer instituição pública não temos pessoas vocacionadas para nos atender. No processo inicial, o de tirar a senha e esperar a vez, não existem problemas mas, quando chegamos ao balcão, temos que nos*

A falta de avisos sonoros nos semáforos e passadeiras em mau estado criam dificuldades

*expressar por gestos ou escrever o que queremos"*, conta. As dificuldades sentem-se em ambas as direcções, uma vez que é difícil explicar o que querem mas também compreender a informação que vem do outro lado, num processo que, por vezes, se torna demorado. Uma solução de grande utilidade seria a de colocar, nos serviços públicos, intérpretes de língua gestual. Um cidadão surdo não deveria ter de explicar, frequentemente, que o era, já que isso levanta uma certa desigualdade em relação aos outros cidadãos. Para que tal não aconteça deveriam ser tomadas medidas no sentido de lhes proporcionar um melhor acesso aos serviços públicos. Aos 27 anos Cláudio Fonseca, surdo de nascença, é formador e, apesar de ser uma pessoa activa e interveniente sente, como todos os surdos, algumas das dificuldades de comunicação no seu quotidiano. *"Na maior parte dos centros de saúde e hospitais, a chamada é feita através de um microfone, informação à qual não temos acesso"*, explica. Neste caso, a par da informação falada deveria haver informação escrita para que todos tivessem acesso. Frequentou o ensino primário com outros surdos e o restante ensino com «ouvintes». O ensino especial existe mas grande parte das crianças surdas continuam a aprender nas escolas comuns. Em muitos casos porque os próprios pais insistem. *"Há pais que não lidam bem com a deficiência dos filhos e acham que se eles forem para as escolas de ouvintes aprendem como os outros"*, refere Armando Baltazar. No entanto isto pode constituir um erro já que ainda há muitos surdos que não sabem língua gestual, o que acarreta grandes dificuldades de expressão e de compreensão. Filipe Venade tem 20 anos e frequenta o curso de Direito. Aprendeu a língua gestual aos 5 anos e a vida escolar fê-la entre a escola para «ouvintes» e o ensino especial (nos tempos livres). Para a faculdade não leva intérprete já que conta com um grande espírito de ajuda por parte dos colegas. Resolveu ingressar na Associação de Surdos do Porto para tirar o curso de formador de língua gestual mas diz que continuam a existir muitas barreiras para as pessoas surdas, uma vez que tudo está unicamente preparado para os ouvintes. André Maia tem 20 anos e frequenta também o curso de monitores de língua gestual, pelo qual começou a ganhar interesse há cerca de dois anos. O ensino fê-lo sempre em escolas para ouvintes e, nos tempos livres, frequentava sessões de terapia da fala. Recorreu à ajuda de próteses que o ajudavam a descodificar a informação e sempre viveu rodeado de ouvintes, mantendo pouco contacto com outros surdos. Aprender a língua gestual foi uma decisão tardia. *"No início sentia um pouco de vergonha mas, com o tempo, aprendi que era necessário e que me iria ajudar imenso"*, conta. *"Agora vivo uma vida dupla entre ouvintes e surdos"*, refere com humor.